

O COMERCÍÁRIO

**Informativo do Sindicato dos Comerciários de Campina Grande e Região - Filiado à
FECONESTE/CTB/CNTC - Ano 37 - Nº 125 - Janeiro/Fevereiro 2026**

ATENÇÃO TRABALHADOR

A segunda parte do reajuste do piso salarial dos comerciários já está em vigor

A segunda parte do reajuste do piso salarial dos trabalhadores do comércio em Campina Grande entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2026, conforme ficou estabelecido em convenção coletiva e que vale para os três seguimentos: farmácia,

varejo e supermercado.

O piso salarial da categoria para o setor de supermercado foi reajustado em 8.2%, garantindo ganho real acima da inflação, que foi estipulada em 5.18% no ano passado. Já para os setores de varejo

e farmácia o reajuste foi de 7.868852%.

Nas convenções coletivas ficou estabelecido ainda um valor para o piso até o dia 31 de dezembro de 2025 e uma segunda etapa do aumento no índice de 0.5% a partir de 1 de janeiro de 2026.

NOVO PISO SALARIAL DE SUPERMERCADO

- O valor passou de R\$ 1.590 para R\$ 1.650
- Quem ganha acima do piso teve um reajuste de 0.5%
- Para office-boy, serviços gerais, faxineiro(a), carregador(a), trabalhador(a) braçal, copeiro(a), empacotador(s), entregador(e) e servente o salário passou de R\$ 1.580 para R\$ 1.635.
- Demais cargos passou de R\$ 1.590 para R\$ 1.650.
- Para operadores(es) de empilhadeira o valor subiu de R\$ 1.583 para R\$ 1.666.
- O auxílio alimentação passou de R\$ 10,50

para R\$ 11.

REAJUSTE SALARIAL:

- Acima do piso até o teto da Previdência: reajuste de 5% sobre o salário (até dezembro/2025) e mais 0.5% a partir de janeiro/2026.
- Acima do teto da Previdência: livre negociação

FERIADOS

- Pagamento no valor de R\$ 54 mais a folga para empresas com menos de 10 trabalhadores;

- Pagamento no valor de R\$ 62 mais a folga para empresas com mais de 10 trabalhadores;
- A folga poderá ser concedida em até 35, 60 ou 90 dias nos meses com um, dois ou três feriados, respectivamente.
- Diária do ajudante: reajuste do valor para R\$ 50 (com pernoite) e para R\$ 35 (sem pernoite).
- BSF – BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR – Foi mantido e continua assegurado, conforme consta na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026.

NOVO PISO SALARIAL DE VAREJO

- O valor passou de R\$ 1.590 para R\$ 1.645
- Quem ganha acima do piso teve um reajuste de 0.5%.
- Para office-boy, serviços gerais, faxineiro(a), carregador(a), trabalhador(a) braçal, copeiro(a), empacotador(s), entregador(e) e servente o salário passou para R\$ 1.630.
- Para operadores de empilhadeira o piso subiu

de R\$ 1.590 para R\$ 1.645.

O auxílio alimentação passou para R\$ 11.

REAJUSTE SALARIAL:

- Acima do piso até o teto da Previdência: reajuste de 5% sobre o salário (até dezembro/2025) e mais 0.5% a partir de janeiro/2026.
- Acima do teto da Previdência: livre negociação

FERIADOS

- Pagamento no valor de R\$ 53 mais a folga para empresas com menos de 10 trabalhadores;
- Pagamento no valor de R\$ 58 mais a folga para empresas com mais de 10 trabalhadores;
- A folga poderá ser concedida em até 35, 60 ou 90 dias nos meses com um, dois ou três feriados, respectivamente.

NOVO PISO SALARIAL DE FARMÁCIA

- O piso passou de R\$ 1.590 para 1.645
- Quem ganha acima do piso teve um reajuste de 0.5%
- Para office-boy, Serviços Gerais, faxineiro(a), carregador(a), trabalhador(a) braçal, copeiro(a), empacotador(a), entregador(a) e servente o salário subiu de R\$ 1.580 para R\$ 1.630.
- Para os demais cargos o valor agora é de R\$ 1.645.

- Para operadores de empilhadeira o piso subiu para R\$ 1.645.

- O auxílio alimentação passou para R\$ 11 e vale para todos os funcionários, independente do número de trabalhadores de cada empresa.

REAJUSTE SALARIAL:

- Acima do piso até o teto da previdência: Reajuste de 5,0% sobre o salário pago na competência de junho de 2025, mais 0,5%

em janeiro de 2026 sobre o salário pago na competência de junho de 2025.

- Acima do teto da previdência: Livre negociação.

FERIADOS

- Pagamento para todos os empregados no valor de R\$ 50,50 mais a folga compensatória, que poderá ser concedida em até 35/60/90 dias nos meses com um, dois ou três feriados, respectivamente.

SINDICATO DEFENDE TRABALHADOR E QUER O FIM DA ESCALA 6X1

O Sindicato dos Comerciários de Campina Grande e Região está – como sempre esteve – atuando em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras e atualmente a luta é pelo fim da escala de trabalho no sistema 6x1, sem perda salarial para a categoria. Com o avanço tecnológico e o surgimento de novas formas de trabalho o sistema 6x1 vem cada vez mais se tornando desnecessário, mas continua sendo prejudicial à saúde física e mental do trabalhador.

Vários países já aboliram essa jornada de trabalho e comprovaram o ótimo resultado, com o trabalhador mais produtivo, empresas mais rentáveis, sem haver prejuízo dos lucros e, principalmente, resultando em um trabalhador com mais saúde, mais qualidade de vida e mais dedicação ao seu ofício e também com mais tempo para cuidar de sua vida pessoal e estar com a família.

Agora chegou a vez do Brasil também discutir e mudar esse sistema de trabalho opressor e prejudicial ao trabalhador, acabando com a jornada 6x1 e implantando uma outra que traga benefícios como melhora significativa na saúde física e mental, redução de estresse e esgotamento, e mais tempo para vida pessoal, família e lazer, resultando em maior bem-estar e equilíbrio, além de aumento da produtividade e engajamento por equipes

mais descansadas e motivadas, diminuindo absenteísmo (ausência ou o não comparecimento frequente ao trabalho, faltas, atrasos e saídas antecipadas) e custos com demissões.

Com o fim da jornada de trabalho de 6x1 os trabalhadores e trabalhadoras terão vários benefícios, entre eles a melhora da saúde e do bem-estar, a redução do estresse e da fadiga, assim como a exaustão, e a diminuição de licenças médicas.

Em relação a qualidade de vida o fim da jornada 6x1 vai proporcionar mais tempo do trabalhador para ele e a família, possibilidade de participar de cursos, hobbies e atividades importantes que lhe mostrem que a vida não é somente 'tomada pelo trabalho'. Haverá ainda uma melhor conciliação entre a vida profissional e a pessoal, com aumento da satisfação geral e facilidade para planejar atividades pessoais das mais diversas.

Haverá ainda uma redução de desigualdades, com impacto positivo em grupos que mais sofrem com jornadas longas, como trabalhadores negros e de baixa renda em setores como comércio e serviços. Além disso, com menos pressão e estresse no dia-a-dia o trabalhador ficará mais motivado e engajado, havendo menor custo com a rotatividade e (demissão/contratação/treinamento), como



também uma potencial redução de horas extras e mais fidelização dos funcionários.

Há alguns projetos tramitando sobre a nova jornada de trabalho, mas é praticamente certo que haverá mudança e que ocorrerá o fim da jornada 6x1. O sindicato apóia e está na luta pela mudança e sempre defendeu, defende e defenderá o trabalhador em tudo que for para lhe proporcionar melhoria de vida, melhores salários, melhor saúde e melhor vida pessoal e convivência familiar.

José Rogério Gonçalves de Moura
Presidente do Sindicato dos Comerciários de
Campina Grande e Região

CÂMARA AGILIZA VOTAÇÃO SOBRE JORNADA 5x2 E REDUÇÃO PARA 40 HORAS SEMANAIS

O projeto de lei 67/2025, apresentado pelos deputados Daiana Santos (PCdoB-RS), Daniel Almeida (PCdoB-BA) e Orlando Silva (PcdoB-SP), avançou para o Plenário da Câmara dos Deputados após reunir o número de assinaturas necessárias para que sua análise ocorra em regime de urgência. A proposta determina a adoção da jornada de trabalho 5x2 e fixa o limite semanal de trabalho em 40 horas, atualizando o modelo 6x1 ainda praticado em grande parte do mercado.

Ao defender a mudança, os apoiadores do texto afirmaram que a revisão da escala semanal pode alterar de forma significativa as condições de trabalho no

país, especialmente para profissionais submetidos a longas horas laborais e deslocamentos extensos. O governo federal, que passou a tratar o fim da jornada 6x1 como prioridade, e líderes partidários que reúnem 475 deputados declararam apoio à iniciativa, fazendo do projeto uma alternativa mais rápida às propostas de emenda constitucional que tratavam do mesmo tema e não avançaram.

A proposta apoiada por governo, sindicatos e parlamentares leva debate sobre a jornada ao centro da agenda legislativa. Renato Araújo/Câmara dos Deputados

O fortalecimento da proposta

também é resultado de colaboração liderada por Daiana Santos com o Ministério do Trabalho, a Secretaria de Relações Institucionais, representantes sindicais, movimentos sociais e segmentos empresariais. Segundo a deputada, a negociação com diferentes setores é necessária para que o Congresso chegue a um consenso em torno de uma mudança estrutural nas regras de jornada.

Com a urgência aprovada, o relatório do deputado Leo Prates (PDT-BA) deixa de passar pelas comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça, dirigindo-se diretamente ao Plenário.

Congresso em Foco



APOIO E SOLIDARIEDADE

A direção do sindicato continua em contato, dando apoio e solidariedade à trabalhadora da farmácia Redepharma que foi vítima de um tiro na perna durante um assalto ao estabelecimento, ano passado. O presidente José Rogério lamentou o ocorrido e diz que o sindicato continua a disposição da funcionária e seus familiares para qualquer apoio necessário. Estamos juntos...

PARCERIA COM MINISTÉRIO PÚBLICO

Durante todo o ano de 2025 o sindicato manteve uma relação institucional e de parceria com o Ministério Público do Trabalho para discutir assuntos do interesse da categoria. Um desses pontos foi a situação dos trabalhadores da empresa Carajás, em Campina Grande. O sindicato informa que a reunião com a procuradora do MPT Dra. Marcela de Almeida Maia Asfóra e com as representantes da empresa foi muito produtiva e positiva e que em breve as questões abordadas durante o encontro serão divulgadas em detalhes.

PARCERIA COM MINISTÉRIO PÚBLICO II

Outra ação positiva solicitada pelo sindicato foi

a fiscalização e autuação por parte do Ministério do Trabalho do transporte irregular de trabalhadores pela empresa Safra Construções, em Campina Grande. A empresa trocou o fornecimento do Vale Transporte por um transporte próprio, só que estava levando os trabalhadores na carroceria de um veículo, de forma irregular e perigosa, e acabou autuada.

PPR PARA TRABALHADORES

Trabalhadores das Casas Bahia, Centauro e Boticário e C&A foram beneficiados com um acordo fechado entre estas empresas e o sindicato, dentro do Programa de Participação nos Resultados – PPR, que estabelece a participação dos empregados nos resultados nos lucros de cada uma delas.

MENOR PREÇO, GRANDE PROBLEMA

O mercadinho Menor Preço teve um grande problema com o Ministério do Trabalho e Emprego e foi autuado pela prática de terceirização ilícita do serviço de um funcionário. Ele era registrado pela empresa Confiar, mas atuava como empregado e gerente no Menor Preço, numa clara comprovação de irregularidade no processo de terceirização. Desde que foi criada, a Confiar só prestava serviço ao Menor Preço, com o objetivo de reduzir custos da empresa contratante com a mudança do enquadramento sindical do empregado. O sindicato estava alerta, agiu e continua acompanhando o caso...

NEGOCIAÇÃO COM MIX MATEUS

Depois de receber várias denúncias contra o Supermercado Mix Mateus a direção do sindicato conseguiu abrir um canal de negociações com a empresa para discutir, analisar e buscar soluções para que tudo seja resolvido, sempre de modo a não haver prejuízo ou punição para os trabalhadores. Já

houve uma reunião da direção do sindicato com a Doutora Brenda Reis Rodrigues de Araújo, advogada representante do Mix Mateus e o sindicato pediu urgência na resolução dos problemas, entre eles falta de EPI, assédio moral e desvio de função. A empresa disse que vai analisar o caso e procurar resolver. O sindicato está alerta...

ACOMPANHANDO O CASO IWOFF

Após ser condenada pela Justiça do Trabalho de João Pessoa para reconhecer o vínculo empregatício dos funcionários arregimentados por ela oferecendo trabalho de forma autônoma, que na verdade não existia, a empresa IWOFF teve o processo (de número 0001105-69.2024.5.13.0006) encaminhado para o Ministério Público do Trabalho em Natal (RN) – Região que abrange também a Paraíba. O sindicato continua acompanhando o caso e a expectativa agora é que haja uma ação civil pública federal nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e São Paulo para ratificar o que já mostra relatório, ou seja, que a IWOFF não paga direitos trabalhistas, não cumpre convenção coletiva e deixa o funcionário na condição de falso autônomo.

MORTE DE UM TRABALHADOR

O sindicato acompanha e ainda espera respostas sobre o acidente de trabalho que provocou a morte do trabalhador Arthur Alves de Sousa, da Redepharma, em Campina Grande, no ano passado. O fato aconteceu em pleno Abril Verde, mês de alerta sobre a importância da prevenção de acidentes de trabalho. O que se sabe é que o trabalhador caiu no poço de um elevador, em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas. O sindicato denunciou o ocorrido ao Ministério Público do Trabalho, para a devida investigação e, caso haja culpados, que sejam punidos. Não vamos esquecer...

“O TRABALHADOR MERECE O FIM DA ESCALA 6x1” DIZ LULA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva em recente reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, em Brasília, voltou a defender mudanças estruturais no mundo do trabalho, com o fim da escala 6x1, argumentando que os avanços tecnológicos já permitem ao país repensar modelos tradicionais de jornada.

O presidente relacionou o debate sobre jornada de trabalho às transformações tecnológicas e à necessidade de garantir melhor qualidade de vida aos trabalhadores. Lula afirmou que o país não pode tratar investimentos sociais como gastos e que a discussão sobre desenvolvimento precisa incorporar a valorização da mão de obra.

Ao criticar o teto de gastos, Lula

argumentou que grandes economias não restringem investimentos essenciais, sobretudo em ciência, tecnologia e educação. Para ilustrar, comparou a política brasileira com decisões recentes de países europeus. “Um país que é a oitava economia do mundo não tem o direito de ficar criando teto de gastos. Vocês acham que os Estados Unidos pensam em teto de gastos? A Alemanha? Agora mesmo eles aprovaram 800 bilhões de euros para comprar armas. Não seria melhor ter aprovado 800 bilhões para acabar com a fome no mundo? Há uma inversão de valores”, afirmou.

Ao entrar no tema central de sua fala sobre o mundo do trabalho, Lula recuperou sua experiência como metalúrgico na Volkswagen para ilustrar como as mudanças tecnológicas impactaram a produção e

deveriam, segundo ele, impactar também as condições laborais. “Eu trabalhava na Volkswagen, tinha 40 mil trabalhadores, produzia 1,2 mil carros. Com os avanços tecnológicos a Volkswagen, que tinha 40 mil trabalhadores, tem 12 mil hoje e produz o dobro”, afirmou.

Ao final, Lula sugeriu que o país está em condições de acelerar o fim da escala 6x1, modelo ainda dominante em diversos setores da economia. “Eu queria que este conselho estudasse com muito carinho essa proposta da jornada de trabalho para acabar com essa coisa de 6x1, porque não tem mais sentido com os avanços tecnológicos. A gente pode apressar o fim dessa jornada 6x1 e dar uma jornada melhor para o povo trabalhador”, concluiu.

STF AINDA DEBATE A FOLGA QUINZENAL DAS MULHERES AOS DOMINGOS

O Plenário do Supremo Tribunal Federal ainda discute, desde o dia 25 de agosto de 2024, em julgamento virtual, o direito de descanso quinzenal das mulheres aos domingos. A Corte analisa a condenação de uma rede varejista ao pagamento em dobro às suas empregadas das horas de serviço prestado no segundo domingo consecutivo, que deveria ser reservado ao descanso.

O artigo 386 da CLT prevê que, caso haja trabalho aos domingos, deve ser organizada uma escala de revezamento quinzenal, para favorecer o repouso nesses dias.

O caso foi levado à Justiça por um sindicato de Santa Catarina. O Tribunal Superior do Trabalho manteve a sentença que estabeleceu pagamento das verbas. Ao STF, a empresa alegou que a escala diferenciada de repouso é inconstitucional, pois viola a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres.

Em outubro do ano passado ano, a ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, manteve a condenação. Segundo ela, o dispositivo da CLT protege a saúde das trabalhadoras, considerando as condições específicas impostas pela realidade social e familiar.

Na visão da magistrada, a decisão do TST está de acordo com a jurisprudência do STF, que já validou a possibilidade de tratamento diferenciado de gênero para garantir a proteção de direitos fundamentais sociais das mulheres.

Agora, o caso é analisado pelo Plenário. Cármen manteve a fundamentação de sua decisão monocrática e já foi acompanhada

pelos ministros Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin.

Por outro lado, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso divergiram da

relatora e votaram pela aplicação de uma regra da

Lei 10.101/2000, direcionada ao trabalho no comércio, segundo a qual o repouso

semanal deve coincidir com o domingo pelo menos uma vez no período máximo de três semanas.

Em seu voto, Fux apontou que a regra da lei de 2000 é especial e, portanto, deve prevalecer sobre a previsão da CLT — que é geral e aplicável a todas as atividades.

Segundo ele, a obrigatoriedade do descanso quinzenal aos domingos aumenta "os incentivos para que o maior volume de trabalho não remunerado recaia sobre as mulheres", pois tais dias costumam ser dedicados às atividades domésticas.

"Políticas públicas como esta podem ocasionar prejuízos ao próprio desenvolvimento feminino no mercado, uma vez que a mulher, ao invés de direcionar seu tempo a prover o próprio sustento,



possivelmente precisaria dedicar este seu dia 'de folga' à realização de tarefas de responsabilidade comum de todo o esteio familiar, reduzindo, portanto, suas possibilidades de crescimento profissional e, consequentemente, também, sua independência", assinalou.

Para o magistrado, se a preocupação fosse realmente com o descanso da mulher e a compensação pela dupla jornada (trabalho remunerado e tarefas de casa), seria melhor organizar as folgas em dias úteis da semana, quando os filhos estão na escola e o marido no trabalho; ou dar mais dias de folga remunerada para as mulheres no mês.

Fonte: Conjur.com.br (Consultor Jurídico)

EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Comerciários de Campina Grande e Região - Filiado à CTB/CNTC e FECONESTE
Rua Venâncio Neiva, 91/93, 1º Andar, Centro
Ano 37 nº 125 - Janeiro/Fevereiro de 2026
Fones: (83) 3321.3765 / 3341.1430
E-mail: comerciariocg@bol.com.br | comerciariocg.com.br

Presidente: José Rogério Gonçalves de Moura
Jornalista responsável:
Apolinário Pimentel - DRT: 656

Diagramação: Silvana Ramos - (83) 98855.8619
Impressão: SERGRAF - (83) 3321.4829
Tiragem: 6.000 mil exemplares